

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O NOVO CURRÍCULO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

José Adalberto Mourão Dantas*

INTRODUÇÃO

As reflexões que ora realizamos foram amadurecidas em dois momentos distintos: primeiro, durante os debates realizados internamente no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, por ocasião da estruturação do currículo de economia hoje em vigor. Segundo, após a leitura do Documento que contém o parecer 375/84 do C.F.E., aprovado em 6/6/84, concernente à mudança do referido currículo.

Tanto as discussões internas, realizadas no Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá, quanto a leitura realizada no Parecer 375/84, nos levaram a refletir sobre o processo de formação do Economista. Ou seja, pretende-se refletir sobre o conhecer do Economista, tendo como fonte documental o parecer anteriormente citado, aliado à atividade profissional do articulista em questão.

Desta forma, as considerações aqui feitas são da total responsabilidade do autor.

O CONHECER DO ECONOMISTA

Na sociedade capitalista, o processo do conhecimento tem como características por um lado, a compartimentação do conhecer, e, por outro lado, a interiorização da ideologia dos grupos hegemônicos. Com outras palavras: o conhecer nunca é dado pela totalidade, só se conhece parte de um todo, o que, via de regra, implica na deformação do objeto a ser conhecido. Nesse sentido, o que se apreende é uma aparente realidade transformada historicamente por grupos de interesses.

Esse processo reflete a divisão do trabalho na sociedade capitalista, materializada de forma institucionalizada nas diversas categorias profissionais. A partir daí, o conhecimento passa a ser balizado por normas e instituições legais, formais, etc, que dão uma determinada linha de ação ou um determinado rumo às diversas profissões.

Essas normas são, na maioria das vezes, assumidas pelo aparato

* Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Maringá.

legal do Estado, que lhe dá um tratamento jurídico. Nesse caso chamaremos essas normas de Currículo.

Um currículo, nos termos anteriormente postos, representa as "aspirações" históricas de grupos hegemônicos que estabelecem ideologicamente o conhecer e o fazer das categorias profissionais.

É por essa linha de raciocínio que deve ser entendida a mudança ora verificada no currículo dos cursos de Economia.¹

As mudanças ocorridas nos cursos de Economia ao longo de sua existência tiveram a seguinte ordem cronológica: 30/6/31 é a data do Decreto 20.158 que instituiu, no Brasil, o curso de Administração e Finanças; o Decreto Lei 7.988 de 22-12-45 modifica o currículo do curso de Administração e Finanças, dando forma e estrutura a um currículo de Ciências Econômicas. Em 1962, instituiu-se, conforme o parecer 397/62, um novo currículo cuja duração se estende até o final de 1984, sendo substituído pelo currículo atualmente em vigor.

É interessante notar que as datas das mudanças indicam claramente determinados momentos históricos no plano do desenvolvimento econômico brasileiro.

A década de 30 é de vital importância para a economia bra-

sileira. É a partir de 30 que os grupos oriundos dos conflitos que marcaram a década anterior tornam-se hegemônicos. Ou seja, é a partir da década de 30 que surgem os grupos que se definiam por uma nova perspectiva de desenvolvimento que não tivesse como base o setor agrícola. São os industriais "nascentes" que ao longo da década procuraram imprimir à sociedade os rumos de uma economia com base na produção industrial.

Tornava-se então necessário preparar os recursos humanos que a transformação exigia. Os Economistas aí cumprem um papel fundamental. É necessário inculcar-lhes conhecimentos para um novo momento.

A nova "ordem" estabelecida em 30 exigia dos profissionais da economia conhecimentos técnicos e práticos, daí o conhecer do Economista ter como base a administração e a finança, atividades onde a prática (o fazer rápido) e a técnica (o fazer bem) foram prioritárias. Essa prioridade é compreensível na medida que o desenvolvimento do capitalismo industrial exigia o fazer sem o pensar. O pensar era tarefa para Roberto Simonsen, Comendador Prado, entre outros.

Para se ter idéia da importância conferida a esse currículo, deve-se dizer que ele vigorou durante 14 anos.

1. O atual currículo dos cursos de Ciências Econômicas foi homologado pelo C.F.E. em 6-6-84. Entrou em vigor no ano de 1985.

O currículo de 45, substituído do de 30, surge no bojo das grandes preocupações decorrentes das consequências da 2ª Guerra Mundial.

Deve-se notar que, nesse período, a preocupação com o subdesenvolvimento é a tônica dos governos. É necessário pensar, entender e operacionalizar mecanismos que propiciem a reconstrução dos países destruídos pela guerra e que diminuam as disparidades entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. É a "belle époque" da CEPAL, de W.W. Rostow, entre outros.

Para pensar, tornava-se necessário ter as "ferramentas" teóricas. Por que então não elaborar um currículo e nele introduzir algumas disciplinas teóricas? Veio então o currículo de 45.

O currículo de 45 trazia como novidade as disciplinas: Estrutura das Organizações Econômicas, Estudo Comparado dos Sistemas Econômicos, Evolução da Conjuntura Econômica, e História.

Percebe-se a preocupação com a questão econômica do ponto de vista macro. Abandonavam-se as preocupações com a Microeconomia baseada no estudo das finanças e assumia-se a Macroeconomia como norteadora do conhecer econômico.

Nesse momento, a estrutura curricular do curso de Economia começa a diferenciar-se dos cursos de Direito, de Contabilidade, e de Administração, esse último ainda

em gestação no Brasil. A partir daí o conhecer do Economista vai se fracionando, se dividindo, se especializando.

Em 1962 opera-se nova mudança no currículo. Separa-se definitivamente o curso de Ciências Econômicas do de Ciências Contábeis e, em certa medida, do de Ciências Atuariais.

O currículo de 62 privilegiou as matérias de caráter técnico em detrimento das matérias que enfocavam a questão do subdesenvolvimento e a problemática brasileira.

Se, do ponto de vista do conteúdo, o currículo de 62 continha lacunas no que diz respeito a uma formulação teórica séria que embasasse o futuro profissional para o entendimento das grandes questões nacionais, já do ponto de vista prático o currículo tornou-se inoperante. A inoperância deveu-se, por um lado, à proliferação das faculdades de Economia cujo funcionamento dava-se por forças da ingerência política, e, por outro lado, devido aos desafios que a sociedade havia colocado para os Economistas. Estes, por sua vez, tornavam-se impotentes, perante a cáptica realidade econômica da década de 60.

O vazio aberto pela inoperância dos Economistas permitiu que "teorias" ortodoxas, na maioria das vezes mal formuladas, ocupassem esse vazio.

As décadas de 60 e 70 separaram os Economistas em posturas

marcadamente ideológicas. De um lado, os "milagreiros" adeptos da ortodoxia; do outro lado, os contestadores do **status quo** econômico vigente, sem, entretanto, apresentarem uma opção clara e coerente que pudesse resolver os desafios postos.

As conseqüências desta situação são do conhecimento de todos, no entanto é bom lembrar algumas: a dívida externa, a concentração de rendas, o aumento relativo e absoluto da pobreza, entre outras

A década de 80, por sua vez, está sendo marcada por grandes contradições no plano econômico e no político. Nesse sentido o atual momento requer dos economistas um novo posicionamento. Um posicionamento que tenha como primeira tarefa o desmascaramento da ortodoxia. A segunda tarefa será a reconstrução da economia nacional. Para tanto, um novo conhecer deve ser os alicerces sobre os quais uma nova práxis deve surgir.

UM NOVO CONHECER PARA OS ECONOMISTAS

O atual currículo difere fundamentalmente dos anteriores. Suas diretrizes básicas podem ser enunciadas da seguintes forma:

- a) Prioridade para o estudo da realidade brasileira;
- b) preocupação com a formação *teórica, histórica e metodológica*;

- c) respeito à pluralidade ideológica e
- d) multidisciplinaridade.

Um arcabouço curricular idealizado conforme as "diretrizes" anteriormente citadas nos induz a formular algumas considerações.

Havíamos dito que a inoperância dos economistas abriu espaços para "teorias" ortodoxas. Na verdade, o que pretendemos dizer é que a inoperância dos Economistas se deu em virtude de uma "crise" na própria Teoria Econômica. Ou seja, o instrumental econômico não resolvia as questões postas pela sociedade no plano econômico. Nesse sentido é bom observar que o "espaço" dos Economistas (se é que Economista possui 'espaço') passou a ser ocupado pelos Historiadores e Sociólogos.

A recuperação histórica dos problemas nacionais precedida de novas formulações teóricas passou a ser o instrumental de análise que buscava soluções concretas para uma sociedade em profunda crise.

É nesse sentido que a História e a Historiografia brasileiras tentam rever conceitos e axiomas já sacramentados, tais como: Revolução de 30, industrialização brasileira, burguesia industrial, oligarquia agrária, desenvolvimento, subdesenvolvimento, etc.

Aí encontram-se algumas novidades que devem ser aprendidas pelos Economistas.

É provável que, cientes disso, os Economistas (os mais avisados) estejam se aproximando das Ciências Sociais via novo currículo.

Essa tentativa de aproximação pode ser inferida do parecer do Relator, quando este afirma que:

Há (...) uma generalizada aspiração, e tentativas frustradas, no sentido de reconstruir a Economia como ciência e como Prática, de certo modo podemos dizer, enquanto Economia Política e enquanto Política Econômica. A Ciência Econômica tende a reincorporar o seu adjetivo político, relegado nos manuais e nos comportamentos de grande parte do mundo ocidental há quase um século (...). O reconhecimento da imperiosidade desse retorno transfigurado é o primeiro passo para um outro, de maior humildade, no sentido de reinserir a Ciência Econômica no contexto mais amplo das Ciências Sociais e, até, mais ambiciosa e realisticamente, no Campo das Ciências Humanas e Sociais. (Parecer 75/84. C.F.E.)

Essa preocupação do Relator em aproximar a Economia das Ciências Sociais está presente em todo relato, e é essa preocupação a boa novidade do currículo.

Para o relator, o bom economista não é aquele técnico que prima pela técnica enquanto técnico que se basta, mas o bom eco-

nomista é aquele que pensa, que se inquieta. E isso só será alcançado se "... a par de uma boa formação técnico-científica, no campo próprio da Economia, lhe for inoculado o vírus do senso ético em função de uma postura política" (op. cit. parecer 75/84 C.F.E.)

Percebe-se que a tentativa de se fugir do tecnicismo para se aproximar das Ciências Sociais é uma postura coerente com as "diretrizes" que tem uma preocupação com o teórico, com o histórico e com o metodológico. Esse "trio" jamais deve estar separado, posto que a questão metodológica é indissociável da Teoria e da História. Todo bom método é histórico e, por assim ser, é também teórico.

Ao nosso ver, é esta a diferença fundamental do atual currículo com relação aos anteriores: a aproximação com as Ciências Sociais.

Essa postura nos faz lembrar Fernand Braudel que, ao escrever o artigo "Para uma Economia Histórica", assim se expressou: "Os físicos, de tempos em tempos, deparam-se com dificuldades, às quais só os matemáticos, com suas regras particulares, podem dar a solução. Teríamos nós, historiadores, que fazer uma tentativa junto aos nossos colegas economistas? Será que não poderemos também afirmar que nós, economistas, teríamos que fazer uma tentativa semelhante junto aos nossos colegas Cientistas Sociais?"

Achamos ainda que a Economia é algo muito importante para ser feita só por Economistas.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Parece-nos que o atual currículo apresentou, pelo exposto anteriormente, uma melhora significativa em relação aos anteriores. No nosso entender, essa melhoria se reflete no elenco de disciplinas que caracteriza a "área" da formação profissional, ou seja, o Núcleo Comum.

Aí residem matérias como Economia Política e História que requerem um certo grau de aprimoramento teórico por parte dos professores que irão lecioná-las.

Pôde-se perceber, durante os debates realizados nas Universidades, que existe uma forte resistência em se aceitar o novo currículo por parte de uma expressiva parcela de professores, notadamente os professores de formação Néoclassica e os professores das Faculdades Isoladas. É possível identificar, ainda, uma outra "área" de resistência. Esta resistência encontra-se entre uma pequena minoria de professores: entre os acomodados.

Existem professores que se negam a rever suas posturas tradicionalistas, por medo ou por dogmatismo. Posturas incompatíveis com a Universidade, com a produção científica e com a constante evolução das Ciências.

ANEXO

Novo Currículo dos Cursos de Ciências Econômicas.

- I — Matérias de Formação Geral
 - I.A — Núcleo Comum (Seis matérias)
 - 1 — Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Idéias Sociais)
 - 2 — Introdução à Economia
 - 3 — Matemática
 - 4 — Introdução à Estatística Econômica
 - 5 — Instituição de Direito
 - 6 — Contabilidade e Análise de Balanços.
 - I.B — Matérias de Escolha
 - 7 — Sociologia
 - 8 — Ciências Políticas
 - 9 — Antropologia
 - 10 — Economia e Ética
 - II — Matérias de Formação Profissional
 - II.A — Núcleo Comum — Formação Teórico — Quantitativa (oito matérias)
 - 11 — Estatística Econômica e Introdução à Econometria
 - 12 — Contabilidade Social
 - 13 — Teoria Macroeconômica
 - 14 — Teoria Microeconômica
 - 15 — Economia Internacional
 - 16 — Economia do Setor Público
 - 17 — Economia Monetária
 - 18 — Desenvolvimento Sócio-Econômico

II.A — Núcleo Comum — Formação Histórica (quatro matérias)

- 19 — História do Pensamento Econômico
- 20 — História Econômica Geral
- 21 — Formação Econômica do Brasil
- 22 — Economia Brasileira Contemporânea

II.C — Núcleo Comum — Trabalho de Curso (duas matérias)

- 23 — Técnicas de Pesquisa em Economia
- 24 — Monografia (atividade Curricular)

II.D — Matérias de Escolha

- 25 — Política e Planejamento Econômico
- 26 — Elaboração e Análise de Projeto
- 27 — Processamento de Dados
- 28 — Econometria
- 29 — Economia Agrícola
- 30 — Economia Industrial
- 31 — Economia Regional e Urbana
- 32 — Economia do Trabalho
- 33 — Demografia Econômica
- 34 — Economia dos Recursos Naturais
- 35 — Economia dos Transportes
- 36 — Economia da Energia
- 37 — Economia da Tecnologia
- 38 — Administração
- 39 — Metodologia de Análise Econômica.